

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

CÂMPUS DE MARÍLIA

GABRIEL THOMÉ DE ALBUQUERQUE

**BUKELE E EL SALVADOR: UMA NOVA SOLUÇÃO OU UMA VELHA
CONTRADIÇÃO?**

MARÍLIA

2025

GABRIEL THOMÉ DE ALBUQUERQUE

**BUKELE E EL SALVADOR: UMA NOVA SOLUÇÃO OU UMA VELHA
CONTRADIÇÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus de Marília), para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida.

MARÍLIA

2025

A345b Albuquerque, Gabriel Thomé de
 Bukele e El Salvador : uma nova solução ou uma velha
 contradição? / Gabriel Thomé de Albuquerque. -- Marília, 2025
 30 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rafael Salatini de Almeida

1. Relações Internacionais. 2. História Política. 3. Violência
política. 4. Crime e globalização. 5. Gangues. I. Título.

GABRIEL THOMÉ DE ALBUQUERQUE

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus de Marília)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida (UNESP – Marília)

1ª Examinadora: Me. Frederico Di Palma Xavier Aguiar

2ª Examinadora: Mnda. Julia Mori Aparecido (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas")

Marília, SP, Brasil, 09 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nzambi A Mpungu pela dádiva da vida e a graça de aproveitar seus momentos amargos e doces, de desfrutar orgulhosamente de uma jornada onde minha individualidade se reconstrói a cada dia.

Aos meus pais, Marta Thomé de Albuquerque e Antonio Carlos de Albuquerque; minhas tias Polixemi Cristina de Albuquerque e Meire Thomé da Silva; e minha *Yaya* Anastácia Vretos de Albuquerque pelo apoio incondicional, não importando a distância - seja ela física, emocional, psicológica e espiritual. Agradeço integralmente ao tanto que se doaram pela minha criação e espero retornar o cuidado e zelo que tiveram por mim

Ao Prof. Dr. Rafael Salatini, pela orientação, suporte e todo apoio dado durante o desenvolvimento deste trabalho. Sem a sua orientação meticulosa, esse trabalho jamais havia de ser começado.

Aos meus amigos (desta e de outras vidas), ao meu Tata e minha Mam'etu, aos meus irmãos de Santo, aos demais parentes e familiares, aos colegas de faculdade, aos amores que vieram e foram, a todos que me sustentaram e me fizeram chegar até aqui, através de um conselho, de uma palavra amiga, de um ombro amigo, de sustento material, de conceder a oportunidade de morar dentro do seu espaço e compartilhar, mesmo que por um curto período de tempo, uma fração de sua vida, aos que me ajudaram me dando condições que sonhei por tanto tempo e que cederam um pedaço de seu coração.

Às colegas do meu serviço, que ao discutirem despreziosamente sobre El Salvador, me instigaram a ideia de elaborar esta produção e a investigar a complexidade que há por trás de um país tão pequeno e tão maculado pela violência.

RESUMO: A história de El Salvador é marcada por concentração de terras e riqueza, uso excessivo de força para conter a rebelião das massas, desigualdade social e sucessivos regimes militares que se seguiam, especialmente depois de *La Matanza*, os quais endureceram a relação entre governo e população, banalizaram a violência e, por fim, culminaram na Guerra Civil Salvadorenha (1979-1992). A partir da conjuntura histórica construída pela guerra, as gangues começam a prosperar e se organizar em dimensões até então não vistas, sendo que diversos salvadorenhos à época consideram o pós-guerra pior do que a própria guerra, com os diversos métodos de combate a elas parecendo-lhes totalmente infrutíferos, até a ascensão de Nayib Bukele (1981-) e sua política de “mão de ferro”. O presente trabalho se concentra em uma análise de conjuntura histórica através de fontes bibliográficas e documentais desde o momento em que a estrutura econômica do país é formada até as estratégias de enfrentamento das *maras* e *pandillas* mais recentes, entendendo a construção da segurança pública em torno das questões principais que levaram El Salvador, especialmente na contemporaneidade com o governo Bukele, e procurando entender a eficácia a curto, médio e longo prazo das medidas adotadas pelo presidente e sua base política e atestar que as medidas – que não são inéditas se provam não só ineficazes, mas tem potencial para agravar ainda mais a instabilidade do país

PALAVRAS-CHAVE: El Salvador; segurança pública; *pandillas*; *maras*; Nayib Bukele

ABSTRACT: The history of El Salvador is marked by the concentration of land and wealth, the excessive use of force to contain the rebellion of the masses, social inequality and successive military regimes, especially after La Matanza, which hardened the relationship between government and population, trivialized violence and, finally, culminated in the Salvadoran Civil War (1979-1992). From the historical context created by the war, gangs began to prosper and organize themselves on a scale never seen before, and many Salvadorans at the time considered the post-war period worse than the war itself, with the various methods of combating them seeming completely fruitless, until the rise of Nayib Bukele (1981-) and his “iron fist” policy. This work focuses on an analysis of the historical context through bibliographical and documentary sources from the moment the country's economic structure was formed to the most recent strategies for confronting the maras and pandillas, understanding the construction of public security around the main issues that led El Salvador, especially in the contemporary era with the Bukele government, and seeking to understand the short, medium and long-term effectiveness of the measures adopted by the president and his political base and to attest that the measures - which are not unprecedented - prove not only ineffective, but have the potential to further aggravate the country's instability.

KEYWORDS: El Salvador; public security; *pandillas*; *maras*; Nayib Bukele.

SUMÁRIO

1.Introdução	8
2. Panorama histórico de El Salvador: do estabelecimento do monopólio cafeeiro até a Guerra Civil	10
2. A guerra civil e o problema persistente das gangues	18
3. Considerações Finais	26
4. Referências Bibliográficas	27

1.Introdução

O presente trabalho tratará da história de El Salvador como aspecto fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais recentes, em especial a desigualdade social e a problemática das gangues enquanto problema de segurança pública, para que então seja possível entender a popularidade que transformou a figura política de Nayib [Armando] Bukele [Ortez] (1981-) (presidente de El Salvador desde 2019) de um prefeito vinculado à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – um partido de esquerda de El Salvador – na figura polêmica e controversa, a frente do país e do partido Novas Ideias.

O trabalho também pretende discutir, a curto, médio e longo prazo a eficácia da política de “tolerância zero” na segurança pública imposta pelo presidente atual, Nayib [Armando] Bukele [Ortez] (1981-) (presidente de El Salvador desde 2019), considerando a estrutura histórica, social, política e econômica que permeiam o pequeno Estado centro-americano.

A base histórica dos conflitos ocorridos durante o período de 1930 a 1960 em El Salvador solidificou-se com o expoente de três fatores internos: falta de capital, elite reduzida e população pequena com baixo nível de escolaridade (Castellanos apud Fuentes, 2001) e sua interação com o avanço tecnológico do final do século XIX e início do século XX, promoveram a desvalorização do anil¹ e o impulsionamento da cafeicultura através da manutenção do monopólio das terras cultiváveis, com a aquisição de terras estatais e comunais pelos políticos e caudilhos militares através de diversos meios e amparados pelo Estado, desenhando o esboço de oligarquia liberal característica do país nos anos que se seguiram.

A demanda crescente nesse período inseriu rapidamente El Salvador no comércio internacional, modificando rápida e radicalmente a economia: relações comunais por assalariadas ou semi-assalariadas, a produção capitalista no campo, modernização tecnológica no transporte e nas comunicações, centralização do sistema bancário, concentração do capital; em detrimento da expropriação de numerosas famílias rurais e indígenas, não completamente integradas à nova estrutura produtiva, sobreviveram à duras penas no campo. Sobre esse período, Castellanos (2001, p.41, tradução nossa) comenta:

[...] Como consequência, isso significou necessariamente a construção de um Estado liberal, modernizador, mas coercitivo, encarregado de manter por meio de um alto grau de violência o excedente populacional, incluindo mulheres e crianças pequenas, como "trabalhadores temporários" e de incentivar permanentemente as suas exportações. Não é surpreendente que, após três décadas de relativa consolidação, a partir de 1932, o Estado salvadorenho

¹ principal produto da agroexportação salvadorenha até então

renunciou abruptamente à sua tradição liberal-modernizadora, assumido a forma de uma ditadura militar autocrática e recorreu à eliminar um ou dois por cento dessa população para preservar a "paz social". Sendo assim, o genocídio foi usado como forma de garantir as condições sociais para a acumulação e o desperdício simultâneo do capital agrário, comercial e bancário (futuramente financeiro) nacional.

Até o ano de 1898, a presidência de El Salvador foi sendo composta por líderes caudilhos, e sua sucessão acontecia, como comenta Castellanos (2001), através dos seguintes estratagemas: “recursos militares, vínculos políticos y enlaces familiares, y organizar golpes de Estado, así como por su destreza para aprovechar la correlación de fuerzas existente entre los distintos gobiernos del área”. E, nesse período, durante a formação das propriedades agrárias privadas através da expropriação das terras e da estrutura para a exportação do café, uma nova elite econômica surgiu: os bancos enquanto à frente das concessões ferroviárias estatais.

A República de El Salvador é uma nação localizada no istmo centro-americano, sendo o menor país da América Central, contando com uma área de 21.040 km² e com população de mais de 6 milhões de pessoas. Segundo as estatísticas do Banco Central de Reserva de El Salvador de 2021, o PIB do país a preço de mercado era de US\$ 29,04 bilhões de dólares².

É preciso entender o panorama histórico, político e social de El Salvador, bem como alguns conceitos fundamentais, comuns à grande parte da história da América Latina, que têm o objetivo de esclarecer o leitor e delinear as principais características que proporcionaram o desenrolar dos acontecimentos históricos, o processo de acumulação de terras para agricultura pelas “Catorze Famílias” em meados do século XIX até o ano de 1930 quando acontecem as primeiras revoltas camponesas, provocadas pela crise econômicas de 1929, e impulsionadas pelos ideais das revoluções mexicana (1910) e bolchevique (1917) e da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), culminando no episódio conhecido como *La Matanza*, no ano de 1932, consolidando a aliança entre a oligarquia cafeeira e os governos militares, até o momento em que se rompe, em 1979. Neste ano eclode, a Guerra Civil Salvadorenha que dura até o ano de 1992.

Para entender a gênese do problema das gangues salvadorenhas, as estratégias de enfrentamento recentes e a recente polêmica com os governos de Nayib Bukele e sua política de tolerância zero; com a construção da mega prisão “Cecot” (Centro de Confinamento de

² Os principais setores produtivos da economia eram: indústria manufatureira (15,1% do PIB, com valor agregado de 4,37 bilhões de dólares); comércio, reparo de veículos automotores e motocicletas (11,3% do PIB, com valor agregado de 3,3 bilhões de dólares); administração pública e defesa (7,9% do PIB, com valor agregado de 2,3 bilhões de dólares); atividades financeiras (7,1% do PIB, com valor agregado de 2,06 bilhões de dólares); construção civil (5,5% do PIB, com valor agregado de 1,6 bilhões de dólares); e agricultura (4,8% do PIB, com valor agregado de 1,6 bilhões de dólares).

Terrorismo) na cidade de Tecoluca. Ainda que o problema da violência das gangues tenha sido abruptamente reduzido, e os cidadãos salvadorenhos estejam vivendo com muito menos medo, ainda há preocupação de organismos internacionais, defensores dos direitos humanos e críticos ao governo: se essa situação é sustentável, quais serão os desdobramentos vindouros em relação às gangues desde o sistema prisional até a garantia dos direitos políticos e humanos (Alvarado *et al.*, 2024; Castellanos, 2001; Matijascic, 2014; Quirino, 2024).

O conceito de “caudilhismo” é fundamental para a compreensão dos processos históricos da América Latina, sendo sua definição clássica alicerçada em três áreas: “a ruralização do poder, a violência como forma de competência política e a ideia de vazio institucional” (Teles, 2015). Contudo, as revisões teóricas sobre esse conceito ampliam o entendimento e são extremamente pertinentes ao contexto histórico de El Salvador, enquanto se desenvolvia para a participação do mercado internacional, concomitantemente à estruturação política (enquanto se consolidava uma oligarquia liberal clássica). Teles (2015, p.106 e p. 107) resume as áreas em que o novo conceito de caudilhismo foi galgado, nada mais sendo que o aprofundamento e o maior nível de complexidade do que o definido anteriormente:

Interação entre rural e urbano – o poder do caudilho construído por meio de relações e articulações nos níveis local, nacional e internacional; Configuração do poder do caudilho a partir de uma base discursiva e ritual – a construção do poder social e político em conjunturas históricas específicas por meio do discurso político; Presença de uma estrutura político-administrativa na província – instituições e relações formais existentes, embora débeis; Clientelismo como uma das muitas características do caudilhismo – sociedade estratificada com relações complexas de negociação entre patrão e cliente (grandes, médios e pequenos proprietários de terras, comandantes militares, criadores de gado, comerciantes, peões, lavradores, agricultores, etc.).

2. Panorama histórico de El Salvador: do estabelecimento do monopólio cafeeiro até Guerra Civil

Considerando essa revisão conceitual do caudilhismo para compreensão do desenvolvimento histórico de El Salvador, no contexto de concentração e monopolização da propriedade territorial rural ocorrido ao longo do século XIX, enquanto o poder cafeeiro se consolidou através da formação da indústria exportadora e do desenvolvimento da estrutura financeira dedicada a essa economia. Contudo, a crise de 1929 torna a estrutura econômica vigente insustentável: a baixa dos preços do café leva ao desemprego, à miséria e à fome no campo, onde notavelmente os pequenos produtores e as populações indígenas são as mais afetadas, ao rebaixamento dos salários dos trabalhadores urbanos de baixa especialização e ao

fervor dos sindicatos e dos militares, que eclodem um golpe de Estado no presidente Arturo Araujo (1878-1967) (presidente de El Salvador em 1931), depondo-o do poder e estabelecendo o governo militar do general Maximiliano Hernández Martínez (1882-1966) (presidente de El Salvador entre 1931-1944). A ditadura extermina a revolta camponesa de 1932 em um massacre, convoca uma nova constituição e modifica o sistema financeiro para sustentar o oligopólio cafeeiro (Castellanos, 2001).

Após mais de 22 anos sob o regime do general Maximiliano, uma junta cívico-militar derrubou a ditadura. Após mais quatro anos com uma série de golpes militares, em 1950, o governo provisório convocou novas eleições e promulgou uma nova constituição. O governo do recém eleito presidente Coronel Oscar Osorio [Hernández] (1910-1969) (presidente de El Salvador entre 1950-1956) promove o desenvolvimento industrial do país, através da implementação de energia elétrica e da renovação das instalações portuárias, com os recursos estatais sendo alavancados pelo aumento no valor do café (Castellanos, 2001).

O governo seguinte, do Coronel José Maria Lemus [López] (1911-1993) (Presidente de El Salvador entre 1956-1960), segue com as reformas; entretanto, a crise de 1958 e a Revolução Cubana no ano seguinte estremecem as estruturas sociais e políticas: no ano seguinte, grupos ligados ao ex-presidente Osorio derrubam Lemus e após meses (no início de 1961) são depostos por uma nova junta cívico-militar, apoiada pelos Estados Unidos (Castellanos, 2001).

O governo adquire uma característica oligárquica após a queda do presidente Tomás Regalado (1861-1906) (presidente salvadorenho em (1898-1903), que Castellanos (2001, p. 49, tradução nossa) define-o como:

representante dos cafeicultores da região ocidental do país, que, entre outras medidas, reduziu o imposto municipal sobre o transporte de café e aboliu o imposto de exportação; com a ajuda francesa e uma missão militar chilena liderada pelos capitães Bennet e Ibáñez del Campo, fundou a Escola Politécnica, encarregada da formação de oficiais, da qual alguns anos depois foi desmembrada uma seção dedicada ao treinamento de soldados particulares: a Escola de Cabos e Sargentos. Inimigo do liberal Zelaya e do governo nicaraguense, Regalado rejeitou veementemente sua reeleição, entregou a presidência de El Salvador a seu sucessor Don Pedro José Escalón (1903-1907), travou guerra contra o ditador conservador Estrada Cabrera da Guatemala e morreu na empreitada (julho de 1906).

Com a morte de Regalado, em 1906, o caudilhismo como forma de governo perde potência no país, ainda que não perca influência; a partir de então, houve eleições. Conforme Castellanos (2001, p. 50, tradução nossa):

Ainda que o candidato vencedor fosse designado previamente, o que garantiu a continuidade do setor oligárquico, o mandato dos sucessivos presidentes foi legitimado por meio de eventos eleitorais. Estes duraram três dias e careciam de controles para evitar fraudes, mas o estilo caudilho do governo começou a se incorporar com medidas paternalistas e populistas.

As eleições eram fraudulentas, os governantes eram previamente escolhidos e a segurança do sistema eleitoral corroborou com a manutenção do interesse da oligarquia cafeeira e a característica paternalista e populista desses novos governantes contribuiu, a princípio, para o impulsionamento das atividades econômicas em El Salvador. As imigrações cumprem um papel importante na formação da economia: nas áreas urbanas, os imigrantes europeus contribuíram no setor da agroexportação na área comercial ou financeira ou nas indústrias incipientes de couro, farinha, refrigerantes, cimento, etc.³

Dentro desse contexto, os governos seguintes de El Salvador cristalizam a estrutura econômica e, conseqüentemente, as bases econômicas da desigualdade enfrentada nos anos posteriores: o presidente Manuel Enrique Araujo convoca secretários ligados à oligarquia cafeeira e promove diversas medidas públicas de cunho progressista e reformista, como destaca Castellanos (2001, p.51-52, tradução nossa):

No entanto, o governo araujista se destacou por suas iniciativas reformistas e modernizadoras. Ele suspendeu a lei marcial e deu ampla liberdade de expressão, separando os governos civis dos comandos departamentais. Atualizou o salário dos funcionários públicos, mas baixou os salários dos mais altos, incluindo os de seus ministros e os próprio. Ele criou o Ministério da Agricultura, melhorou o sistema de arrecadação de impostos aumentando o imposto de exportação dos grandes produtores de café e promoveu a educação em todos os níveis. Ele promulgou a primeira lei sobre acidentes de trabalho e estimulou a formação de associações de trabalhadores. Ele organizou definitivamente a Guarda Nacional, o serviço obrigatório e as fileiras militares. [...] Seguindo a tradição dos presidentes anteriores, ele se opôs à obtenção de novos empréstimos estrangeiros. Finalmente, ele adotou uma atitude de firme oposição à intervenção dos EUA na Nicarágua. O Dr. Araújo pode ser considerado o precursor do reformismo social no país.

Devido a seu assassinato, seu sucessor, Carlos Meléndez [Ramirez] (1861-1919) (presidente de El Salvador entre 1913-1914), instaurou um estado de sítio, permitindo que a oligarquia se estreitasse, o que criou espaço para a “dinastia Meléndez-Quiñónez”, perdurando de 1913 a 1927. As principais características desse período foram a abertura de El Salvador para grande aporte de capital estrangeiro; a consolidação da soberania salvadorenha através do

³ Já a imigração chinesa e palestina contribuiu nos setores adjacentes da economia: nas obras civis, como terraplanagem e construção de linhas ferroviárias; promoveram o comércio nas regiões semirurais, com tavernas, restaurantes, comércios de roupa e mercearias; e também promoveram empréstimos à população rural e marginalizada dos centros urbanos (agiotagem), (Castellanos, 2001, p. 50-51).

nacionalismo das elites nacionais como resposta à pressão causada pela organização popular salvadorenha frente à dominação estadunidense na Nicarágua, evitando que a América Central viesse a ser um protetorado dos Estados Unidos e criando bases para organização e revolta de anos posteriores - ao exemplo do levante de 1932.

Como consequência, destaca-se a Doutrina Meléndez, marco do Direito Internacional e da diplomacia salvadorenha, a partir da qual El Salvador se opôs ao contrato de arrendamento do território do Golfo de Fonseca para uma base naval estadunidense: o tratado foi celebrado entre os Estados Unidos e a Nicarágua em 1914, sem a participação do país, em cujo território está localizado uma pequena parte do golfo. El Salvador parte à Corte Centro-Americana de Justiça e protesta, exitosamente, contra o tratado. A vitória contra o país mais poderoso da América foi noticiada em todos os veículos do país à época, e, do ponto de vista diplomático, não houve retaliações por parte dos Estados Unidos, conforme Fuentes (2014, p. 98, tradução nossa):

O governo se saiu tão bem que não pagou nenhum preço tangível por sua atitude. El Salvador nunca foi invadido e nunca foi negado nada que os países vizinhos receberam. Os Estados Unidos continuaram interessados em financiar a dívida de El Salvador e fomentar o comércio. Quando um terremoto causou graves danos em San Salvador em 1917, o embaixador dos EUA tomou medidas decisivas para garantir ajuda emergencial.

Tanto para a direita quanto para a esquerda nacionais, a vitória teve um grande significado, como esclarece Fuentes (2014, p. 98, tradução nossa):

Para a direita salvadorenha, o nacionalismo e a independência das sentenças dos EUA e das pressões internacionais têm grande apelo, especialmente quando significa ter a oportunidade de definir ou desfigurar os direitos humanos ou as leis trabalhistas e ambientais. Para a esquerda, a história é a de um pequeno país que se mostrou capaz de exercer protagonismo e realizar atos de resistência, até mesmo desafio, para enfrentar os poderosos.

Foi a mobilização popular durante o período de disputa do tratado Bryan-Chamorro que, alimentada pela recessão econômica, pelo ambiente político característico do período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a inspiração trazida pela vitória de El Salvador contra os Estados Unidos na Corte Centro-Americana, que permitiu que o movimento sindical ganhasse espaço no país. Desde 1918, esse movimento ganhou força: em 1919, houve a primeira greve dos ferroviários e, durante 1920 a 1922, houve diversas greves e manifestações. Destaca-se a manifestação de 25 de dezembro de 1922, em apoio ao então candidato à presidência Miguel Tomás Molina (1862-1965), brutalmente rechaçada pela polícia, com centenas de mortos e feridos (Castellanos, 2001).

Durante os anos seguintes, após a fundação da Federação Regional dos Trabalhadores de El Salvador, em setembro de 1924, as agremiações sindicais ganharam ainda mais força, constando entre as reivindicações dos anos seguintes: redistribuição das propriedades de terras agrárias para os colonos e trabalhadores rurais; jornada de trabalho de 8 horas; campanhas de alfabetização do país, devido a altíssima parcela da população analfabeta – 72,6% da população acima dos 7 anos era analfabeta em 1930 (Castellanos, 2001) –; o incentivo às atividades educacionais, culturais e de lazer nas regiões mais afastadas; e o estabelecimento de vínculos com as federações e Confederações internacionais, inclusive fazendo parte da fundação da COCA (Confederación Obrera de Centroamerica).

No período final da dinastia Meléndez-Quinónez, sob o governo de Alfonso [Quiñónez Molina] (1874-1950) (presidente de El Salvador entre 1918-1919), chamado popularmente “Don Alfonso”, houve um aumento significativo na quantidade de escolas por todo o país. Sob a ideia nacionalista da educação de formar cidadãos salvadorenhos para El Salvador, o subsecretário Salvador Rivas Vides (1799-1979), em consonância com o presidente se aproveitam do levante dos trabalhadores para difundir a educação militarizada nas escolas, seja através das matérias de disciplina militar, quanto à designação de militares para ensino em diversas instituições (Castellanos, 2001)

No final da “dinastia”, também foi característica a entrada de capital estrangeiro em setores financeiros e industriais estratégicos (notavelmente, o capital britânico nos setores financeiros e da indústria do tabaco, e o capital canadense, na principal companhia de distribuição de energia elétrica da época); o aumento da repressão com uma polícia especial para combater contravenções à ordem econômica; o início da aviação civil do país e a inauguração de rodovias pavimentadas em trechos estratégicos, que abriu mais um modal de transporte para o fortalecimento do comércio internacional do país e abrandando a força da malha ferroviária – dominada pelas empresas europeias.

Em seguida, Pío Romero Bosque (1860-1935) (presidente salvadorenho entre 1927-1931) assume a presidência do país, a suspensão do estado de sítio e a volta das políticas progressistas, à semelhança do governo de Araujo, também têm efeito em abrandar a revolta dos trabalhadores (Castellanos, 2001, p. 57-58, tradução nossa):

Sob pressão do movimento sindical, ou talvez aproveitando-se dele, emitiu-se uma série de leis trabalhistas e sociais progressistas. Entre elas o Registro de Grupos Operários e Sindicais, que reconheceu a existência de organizações de trabalhadores, a Proteção dos Empregados do Comércio, a Proteção das Mulheres Salvadorenhas, que aboliu o imposto sobre lojas e mercearias cujas proprietárias fossem mulheres, a Criação das Juntas de Conciliação e da Jornada de Trabalho. Esta última estabeleceu a jornada de 8 horas para os

assalariados urbanos. Foi promulgada em 13 de junho de 1927 e entrou em vigor no ano seguinte, sem, [...] garantir seu cumprimento.

Entretanto, paralelamente, o governo segue um projeto de militarização da educação, contribuindo para a segregação social e econômica entre a população civil e os militares. No âmbito internacional, El Salvador defende a soberania da América Central, em especial sobre a intervenção estadunidense na Nicarágua e no Golfo de Fonseca. Internamente, a convocação de eleições e a defesa da liberdade de expressão, unidas com o confisco das armas nas regiões rurais, garantiram terreno para que surgisse uma insurreição popular, marcada principalmente pela reivindicação da população indígena de proteção contra os proprietários de terra e da demarcação de terras.

O General Maximiliano Hernández Martínez (1882-1966) torna-se presidente após um golpe de Estado que destitui o governo de Romero Bosque e passa a endurecer e militarizar fortemente o país. A condição econômica nas zonas rurais de El Salvador e a repressão exercida através da Guarda Nacional durante o ano de 1931 promoveu a eclodir, uma revolta em 1932: *La Matanza*, uma revolta protagonizada pela população camponesa, indígena e pelos estudantes. Liderada por Augusto Farabundo Martí Rodríguez (1893-1932), líder do Partido Comunista Salvadorenho, foi esmagada pelo presidente e general do exército Maximiliano Hernández Martínez: cerca de 30 mil mortes, arrasando o povo pipil, principal etnia indígena do oeste do país. A partir desse episódio, a ditadura do general Maximiliano reforçou a repressão estatal contra os opositores do regime (Arévalo, 2016 apud Oliveira, 2023, p. 98; Castellanos, 2001).

Após mais de 22 anos sob o regime do general Maximiliano, uma junta cívico-militar derrubou a ditadura. Após mais quatro anos com uma série de golpes militares, em 1950, o governo provisório convocou novas eleições e promulgou uma nova constituição. O governo do recém-eleito presidente Coronel Oscar Osorio (1950-1956) promoveu o desenvolvimento industrial do país, através da implementação de energia elétrica e da renovação das instalações portuárias, com os recursos estatais sendo alavancados pelo aumento no valor do café.

O governo seguinte, do presidente Coronel José María Lemus (1956-1960) seguiu com as reformas; entretanto, a crise de 1958 e a Revolução Cubana no ano seguinte estremeceram as estruturas sociais e políticas: no ano seguinte, grupos ligados ao ex-presidente Osorio derrubam Lemus, e, após três meses (no início de 1961), são depostos por uma nova junta cívico-militar apoiada pelos Estados Unidos (Castellanos, 2001).

Sobre essa série de governos militares e uma situação econômica desfavorável, explica Virués (2014, p.13-14, tradução nossa):

Após a queda dos preços do café – e embora tenha continuado a manter sua presença na economia de El Salvador até meados dos anos setenta – outras monoculturas[...] chegaram, sustentando o modelo baseado na agroexportação até os anos cinquenta, quando a ditadura militar iniciou a transformação industrial em El Salvador, na tentativa de reduzir a dependência das importações [...]. No entanto, os planos de substituição de importações e, com eles, a reforma industrial, seriam seriamente afetados pela falta de uma malha econômica e social adequada para escoar os produtos fabricados pela incipiente indústria salvadorenha, tudo devido à desigualdade social e à precária situação econômica de grande parte da população. A implementação da reforma industrial deu início a um êxodo da população rural para os polos de desenvolvimento industrial na periferia de algumas grandes cidades, no entanto, a incapacidade de desenvolver plenamente a indústria que deveria sustentar o modelo de substituição de importações, acabou por reproduzir nas cidades a mesma desigualdade social que as agroexportações produziam no campo (Salgado, 2012; 84) Após vinte anos de reforma industrial que não conseguiu atingir seus objetivos e o fracasso da política de substituição de importações, a marginalização e a exclusão social limitaram o acesso em quantidade e qualidade aos recursos materiais e simbólicos de que a população necessitava, contribuindo para aumentar o estresse e a frustração da população (Bran, 1998; 328), que foi recorrentemente mobilizado contra o regime militar na década de 1960.

As tensões sociais em El Salvador escalam de maneira progressiva, marcando profundamente a sociedade, com a polarização entre a oligarquia militar e a população, notavelmente a indígena e a camponesa. A crise econômica e social que se intensificou durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 agravaram ainda mais as tensões, ainda que sob controle do regime militar, trazendo a ilusão de estabilidade. Com isso, os movimentos sociais de El Salvador, amparados pelos ideais de Farabundo Martí, e, tendo como exemplo próximo a Revolução Cubana, começaram a se organizar e se fortaleceram durante as décadas de 1960 e 1970, ganhando visibilidade e força política, vendo o conflito armado como o principal meio pelo qual conseguiriam seus objetivos políticos.

O Partido Comunista Salvadorenho (PCS), a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e outros grupos de esquerda se organizaram, formando um movimento guerrilheiro combativo, cujas principais reivindicações incluíam a execução de uma reforma agrária, a promoção de meios para reduzir a desigualdade social e a marginalização e o fim do regime militar, através da real democratização do país, com a convocação de eleições justas e o fim da repressão sistematizada aos opositores do regime (Castellanos, 2001; Ong, 2015; Pinzón, Ospina, 2020).

Concomitantemente à instabilidade interna, o panorama exterior de El Salvador contribuiu para o colapso da estrutura social: para além da Revolução Cubana, a Guerra do Futebol (também conhecida como a “Guerra das Cem Horas”) (1969), um conflito breve entre

El Salvador e Honduras, produziu um resultado que exauriu ainda mais a economia salvadorenha. Carías explica (2014, p.47-48):

Durante a crescente industrialização, fundamentada claramente em uma das mais acirradas desigualdades na distribuição do ingresso, o empresariado salvadorenho foi um dos mais beneficiados na região pelo dinamismo das suas exportações. As exportações salvadorenhas se destinavam aos outros países da região, sobretudo para Honduras cuja balança comercial deficitária em relação à de El Salvador a colocou em desvantagem. Isto gerou grandes tensões entre ambos países, [...] o governo militar hondurenho resolveu bloquear a entrada de produtos industriais salvadorenhos e começou a expulsar as centenas de milhares de camponeses que emigraram nas décadas anteriores. Em 1969 eclode a guerra entre El Salvador e Honduras, a chamada guerra das cem horas ou do futebol, como pejorativamente a imprensa convencionou chamar o conflito que “produziu o deslocamento em massa de mais de 100.000 salvadorenhos, na sua maioria camponeses, que retornaram de Honduras ou que foram forçosamente repatriados [causando] para a zona norte do país [...] uma saturação insustentável de força de trabalho” (CABARRÚS, 1983:42). O conflito com Honduras foi resolvido através da diplomacia internacional, mas este momento histórico que selou a morte do Mercado Comum Centro-americano e significou o fim do processo de industrialização da região, acirrou de golpe os problemas sociais de El Salvador com a entrada massiva de camponeses expulsos do vizinho país hondurenho. O desemprego galopante, a crescente repressão e a deslegitimação do sistema de poder pelas cada vez mais fraudulentas eleições determinariam na década seguinte o surgimento de grupos armados que abandonaram toda e qualquer possibilidade de atuação dentro da ordem.

Na década de 1970, as tensões criadas pela Guerra Fria no contexto salvadorenho terminaram de pavimentar o cenário que levou à guerra civil: o golpe militar do ano de 1979, apoiado pelos Estados Unidos, foi uma resposta ao movimento de esquerda liderado pela FMLN, que, após a derrocada da ditadura Somoza na Nicarágua, no mesmo ano, inspirou os grandes grupos guerrilheiros da esquerda salvadorenha. A justificativa da ameaça comunista se intensificou, com medo de uma nova revolução socialista, e, consequentemente, a intervenção estadunidense.

A guerra civil é deflagrada no dia 25 de março de 1980, quando a FMLN iniciou o combate contra o governo e seus apoiadores, inflamada pelo assassinato do Arcebispo de São Salvador, Óscar Romero (1917-1980) no dia anterior, o que gerou uma grandiosa comoção nacional e deu início à longa guerra civil de El Salvador, que duraria por 12 anos, até o seu fim, com o acordo de Chapultepec, em 16 de janeiro de 1992 (Carías, 2014; Matijasic, 2014; Ong, 2015).

2. A guerra civil e o problema persistente das gangues

A guerra civil salvadorenha foi um conflito que durou 12 anos (1980-1992), entre o governo militar e seus opositores, os movimentos de esquerda, organizados sob a bandeira da FMLN. Apesar de não ter sido a causa direta da gênese da problemática das gangues em El Salvador, estabeleceu um terreno fértil para que o período pós-guerra civil transcorresse de uma forma extremamente violenta e solidificando as bases econômicas e sociais para o problema das gangues. Roque (2012, p.92-93) introduz algumas das contradições no pós-guerra civil imediato:

Assim, o final da Guerra Fria e do conflito armado em El Salvador, com a acomodação da resistência violenta da guerrilha ao regime parlamentar e a distribuição de alguns benefícios através dos programas de desmobilização, não fizeram desaparecer a violência dita não política, nem as condições estruturais para que ela se aprofundasse. Apesar de El Salvador ser mencionado durante algum tempo como caso de sucesso da intervenção internacional “para a paz”, vários autores expuseram já a insuficiência das políticas dirigidas à cessação das hostilidades e à reconstrução pós--guerra por se basearem num duplo esquecimento: a justiça e memória das vítimas, não acabando com a impunidade; e o bem-estar e a distribuição dos eventuais ganhos do crescimento económico, mantendo as desigualdades e a marginalização

Percebe-se que a conjuntura criada pela guerra civil perpetrou a violência, ainda que transformada. A violência política causada pela ditadura militar se reconfigura como violência social. Rivera (2016) argumenta que essa reconfiguração é o que tornou o processo da violência civil em El Salvador particularmente atroz, a experiência da institucionalização da violência durante os 12 anos da guerra. Explica Rivera (2016, p.105-106, tradução nossa)

Entre essas consequências e legados deixados pela guerra civil, e que tiveram impacto na continuidade da violência no pós-guerra, estão, por um lado, os processos de normalização e introjeção da violência, a deterioração do tecido social e o desarranjo das relações sociais acima mencionados, que deixaram uma sociedade dilacerada e violenta. Por outro lado, a presença de diferentes resquícios do conflito armado, entre eles, a presença de antigos atores armados, especializados no uso da força, que não foram reintegrados à vida civil e continuaram a usar a violência, mas não mais com as motivações políticas do passado, mas fundamentalmente de natureza criminosas; a presença de um grande número de armas de fogo que sobraram da guerra que acabaram nas mãos tanto dos antigos atores da violência quanto dos civis; a profunda fraqueza do Estado e os vácuos de controle deixados; o desmantelamento deficiente da máquina de terror e repressão construída no passado; a presença de diferentes queixas engendradas pela experiência da guerra que não foram resolvidas após o seu término, criando novas irrupções e espirais de violência, como o desencadeamento da vingança e o acerto de contas; e, finalmente, as cenas de devastação deixadas pela guerra que deterioraram as já precárias condições sociais e de vida e alimentaram outras formas de violência.

Ainda que o processo de formação das gangues não tenha sido estritamente causado pela guerra civil e suas consequências, pode-se afirmar, com mais segurança, que a problemática das gangues internacionais, surgidas nos Estados Unidos, foi um dos principais resultados da guerra civil salvadorenha.

Após as negociações formais de paz, que transcorreram durante quatro anos, sob a supervisão da ONU (1989-1992), a FMLN e o governo de El Salvador assinam o Acordo de Chapultepec, através do qual foram promovidas diversas reformas a respeito das Forças Armadas, do sistema judiciário, do sistema eleitoral, do sistema econômico e de distribuição de terras, através de um plano de reconstrução, a transformação da FMLN em um partido político e a garantia de proteção aos membros e lideranças deste, a criação da Polícia Nacional Civil, o estabelecimento de uma Comissão da Verdade o cessar-fogo⁴ (Ong, 2015).

Ainda que o acordo tenha, de fato, trazido o fim à guerra civil, a aplicação dos termos dos tratados não foi isenta de contradições: para além da cultura de violência, como comentado anteriormente, o acordo não garantiu que as medidas estabelecidas para combater a profunda desigualdade social e a falta de oportunidades no âmbito econômico fossem cumpridas, do contrário, a desarticulação das comunidades camponesas e os tratados de livre-comércio – especialmente para os Estados Unidos – barraram o pleno estabelecimento da democracia. O pós-guerra civil foi um dos momentos com mais complicações para a população de modo geral, principalmente aos ex-guerrilheiros (Carías, 2014; Ong, 2015).

As gangues, doravante denominadas *maras* e as *pandillas*, são fenômenos complexos, formados por uma interseccionalidade de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. Baid e Rodgers (2015) sustentam que o fenômeno destas é uma das principais inquietações acerca da segurança pública da América Latina. Em seus estudos, concentram-se em analisar esses fenômenos a partir da perspectiva brasileira e centro-americana – na qual o presente trabalho se orienta –, a origem desses grupos remonta às décadas de 1940 e 1950. A tabela abaixo demonstra a relação de fatores de surgimento do fenômeno das *maras* e/ou *pandillas*:

Tabela 1: Fatores relacionados ao fenômeno das *maras* ou *pandillas*

⁴ O documento pode ser lido na íntegra através do acervo da Biblioteca Jurídica Virtual do Instituto de Investigações Jurídicas da Universidade Nacional Autônoma do México, disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1575/23.pdf>.

Fatores sociais	Fatores econômicos	Fatores políticos e institucionais	Fatores culturais	Fatores circunstanciais ou facilitadores
Insatisfação com os direitos sociais básicos	Desigualdade econômica	Educação precária com pouca cobertura	Aceitação social da violência	Proliferação e fácil acesso a armas de fogo
Problemas herdados de guerras anteriores	Empregos precários, exploradores e que sustentam a pobreza	Falta de programas educacionais adequados	Transculturação	Conhecimento e tecnologia herdados de conflitos armados
Emigração do campo para a cidade	Falta de emprego para os jovens	Sistema educacional intolerante e expulsivo	Machismo e elogio à bandidagem	Tráfico de drogas e abuso de álcool e drogas
Alta concentração populacional	Emigração econômica	Abandono escolar	Exaltação da astúcia e falta de escrúpulos para conseguir o desejado	Escassez de espaços recreativos ou esportivos
Habitação inadequada, urbanização desordenada	Falta de oportunidades para superar a pobreza	Corrupção institucional	Paternidade e maternidade irresponsáveis	Influências ou pressões de grupos de amigos
Famílias enfraquecidas	Marginalidade e exclusão social	Fraqueza e falta de confiança nas instituições	Intolerância àqueles que são vistos como diferentes	Impacto da mídia
Falta de oportunidades de integração social	Políticas neoliberais que reduzem o investimento social	Impunidade para criminalidade complexa ou de colarinho branco	Programação televisiva violenta e exaltante de vícios	Ausência ou escassez de valores éticos e morais
Falta de liderança exemplar		Política penal seletiva e principalmente punitiva		Decisões individuais

Fonte: Ventura, 2010, p. 3, tradução nossa

No contexto salvadorenho, conforme citado anteriormente, houve um ecossistema extremamente favorável para o surgimento e ascensão das *maras* e das *pandillas*. Devido ao propósito de analisar o fenômeno internacional e da problemática deste artigo, será dado o enfoque nos grupos que alguns autores classificam como *maras*. Segundo Correa (2013, p.1), as *maras*:

seriam distintas dessas *pandillas* por algumas especificidades. Primeiramente, tais grupos teriam origens transnacionais, constituídos geralmente por membros extraditados dos Estados Unidos, país onde já vivenciavam a experiência das gangues (RODGERS, MUGGAH, 2009, pp. 305-306). Em

segundo lugar, como aponta Claudia Samayoa (2011, p. 45), o estigma que tal terminologia carrega é mais acentuado do que o das *pandillas*, aplicado, em alguns casos, para designar grupos de jovens mais violentos e praticantes de delitos mais graves, como homicídios e tráfico de drogas. Portanto, as maras seriam um tipo mais específico de *pandilla*.

Sendo organizações transnacionais, e trazendo a cultura das gangues estadunidenses, as maras estabelecem um novo paradigma da violência em El Salvador. O surgimento e a rivalidade entre as maiores maras, a Mara Salvatrucha 13 (MS-13) e a Barrio-18, levaram a cabo o *modus operandi* das gangues estadunidenses, devido à deportação de salvadorenhos membros das gangues locais.

Ainda, a rivalidade com outras maras e *pandillas* menores e locais, como a Máquina e a Mao-Mao, somada à rivalidade entre estas e as instituições estatais de segurança pública, a Polícia Nacional Civil, a Procuradoria Geral da República de El Salvador e os tribunais de justiça, tornaram o país, durante a década de 1990 até a década de 2010, extremamente violento: alguns salvadorenhos consideram o cenário atual tão catastrófico (senão pior) do que o período da guerra civil (Aamaya, Martínez, 2019; Rivera, 2016).

Nas décadas seguintes (2000, 2010 e a atual), foram executados diversos planos governamentais, na tentativa de reduzir a insegurança pública enfrentada pela população. O então presidente Francisco Flores Pérez (1959-2016) lançou dois programas contra o combate à problemática das maras: o *Plan Mano Dura* (PMD), lançado no dia 23 de julho de 2003, foi a primeira ação direta do governo de El Salvador, colocando as maras e *pandillas* como elemento central da problemática da segurança pública no país. Reyes (2019, p. 80) descreve-o como:

parte de uma tendência regional de políticas de repressão à criminalidade no Triângulo Norte da América Central, sob a ideia de que a principal ferramenta do Estado para atingir a redução da criminalidade e da violência era o uso da força física (CRUZ; CARRANZA, 2006, p. 134). Isso através de operativos policiais – e às vezes militares ou com seu apoio – em comunidades onde se faziam detenções e buscas de provas massivas para encontrar possíveis membros das organizações criminosas (CRUZ; CARRANZA, 2006, p. 154). Sem embargo, apesar de ser a primeira política pública explicitamente contra as *pandillas*, o plano não especificava fases de execução ou metas a serem atingidas além da realização de operativos nas áreas de maior incidência criminal para a manutenção da ordem pública e segurança da população em geral.

Em linhas gerais, esse plano, apesar de não estabelecer parâmetros em relação aos objetivos que visou, ganhou apoio popular, juntamente com a *Ley Antimaras*, que proibiu a filiação às maras ou às *pandillas*. Reyes (2019) acrescenta que essa lei instituiu um regime temporário, no qual, pelo período de seis meses, qualquer pessoa acima dos 12 anos poderia ser

presa pelo período de dois a cinco anos, mediante comprovação material de filiação a um dos grupos. Também houve a inconsistência entre o sistema judiciário e o sistema de segurança pública: falta de cooperação entre si; abarrotamento dos tribunais de justiça; e falta de coordenação para a aplicação do PMD. Ainda que El Salvador não houvesse colhido os resultados esperados do plano, a mídia e a população (que estava habituada a tratar os problemas de forma violenta) acolhem-no de forma ampla.

Elías Antonio Saca (1965-), em sua campanha eleitoral, anunciou a “evolução” do PMD, o chamado *Super Mano Dura*, que intensificou ainda mais a política de “tolerância zero” contra as *maras*, fortalecendo as ações policiais e militares contra elas. Devido ao apoio do plano anterior, a população elegeu Antonio Saca e o novo plano segue com a intensificação da repressão e prisões. Aamaya e Martínez (2019, p. 16) explicam:

A partir de então, o plano "Súper mano dura" surgiu como uma das principais bandeiras de campanha para a candidatura de Elías Antonio Saca (2004-2009), que consolidou o compromisso com medidas repressivas como eixo central das políticas de segurança das administrações governamentais. No entanto, pelo menos no papel, a proposta do ex-presidente Saca incorporou, além do desdobramento de fortes operações policiais, os programas "Mano amiga" e "Mano extendida" (Cruz e Carranza, 2006). Antes dessas datas, as referências oficiais a medidas preventivas ou de reabilitação, por exemplo, eram encontradas apenas em documentos isolados.

Ainda que executados de maneira restrita, os programas *Mano Amiga* e *Mano Extendida* foram importantes para que a discussão sobre outras formas de combater a violência fossem, ao menos, consideradas: o programa *Mano Amiga* teve como objetivo de prevenir a filiação de jovens às *maras*, atuando em comunidades consideradas de “risco”. Já o programa *Mano Extendida* visou a reinserção dos membros dos grupos à sociedade (Aamaya e Martínez, 2019).

Apesar de serem bem vistos pela opinião pública, ambos os planos não geraram mudanças estruturais que de fato solucionassem o problema das gangues. Assim, no governo de Carlos Mauricio Funes Cartagena (1959-), o foco passou a ser levado para outra ótica: a repressão, a pobreza e a exclusão social como causas geradoras da violência social. Nesse contexto, foi estabelecida a Política Nacional de Justiça, Segurança Pública e Convivência, que buscou equilibrar as ações de repressão com ações de prevenção. O período foi conhecido como *La Trégua*, quando houve uma redução objetiva dos homicídios. Reyes (2019, p.173-175) comenta que houve uma redução importante na taxa de homicídios diários e explica o processo transcorrido até o momento:

Com a chegada do general Munguía Payés ao Ministério de Justiça e Segurança Pública [MJSP], iniciou-se a implementação de uma estratégia de diálogo com as principais pandillas para a redução da violência. Esta ideia foi

desenvolvida durante seu período no Ministério da Defesa Nacional [MDN] com o apoio de seu assessor pessoal, Raúl Mijango, ambos tendo como objetivo a redução do número de homicídios a nível nacional [...] A equipe mediadora foi formada pelo assessor do MDN e ex-guerrilheiro Raúl Mijango e o bispo castrense Fabio Colimbres. A inclusão de uma figura religiosa dentro da equipe teve como objetivo criar legitimidade ao processo, tanto perante as pandillas como a população em geral dada a relevância do papel das igrejas Católica e Evangélica como atores confiáveis em El Salvador. [...] iniciaram-se rondas de reuniões diárias para chegar-se a um acordo, primeiro entre as pandillas de forma separada e depois com todas elas participando ao mesmo tempo. Como resultado do trabalho e legitimidade da equipe mediadora, assim como da maturidade dos líderes das pandillas, para o final de fevereiro foi assinado um acordo que estabelecia uma trégua entre as três principais pandillas. Até esse momento todo o processo foi feito de forma sigilosa, inclusive sendo de conhecimento somente por um grupo de funcionários próximos ao ministro Munguía Payés, entre eles se encontrava o ex-presidente Mauricio Funes. Como contrapartida à trégua entre pandillas, o governo comprometeu-se no deslocamento dos líderes das organizações criminosas a CP com regime de segurança ordinária, lugares dos quais podiam restabelecer uma comunicação fluida com suas estruturas no território. [...] o deslocamento dos líderes teve de ser adiantado e concentrado em dois dias, especificamente para 8 e 9 de março de 2012. A medida de urgência foi tomada para desativar um plano de boicote das eleições de 2012 por parte das estruturas das pandillas em liberdade, que até o momento não tinham conhecimento do pactuado com o governo por seus líderes na prisão. A medida de contingência obteve êxito e as eleições e o número de homicídios eram provas disso. Porém, a redução de homicídios depois das mudanças dentro do sistema penitenciário chamou à atenção. Dias depois o jornal digital El Faro revelava a trama de negociação entre o governo e as organizações criminosas. Sua fonte de informação foram agentes das organizações de inteligência que não estavam de acordo com esta nova estratégia. Como reação, o governo deu explicações contraditórias e pouco críveis. O único elemento comum entre estas explicações foi a negação de uma negociação entre o governo e as principais pandillas. [...] Com o passar dos meses, o número de homicídios diminuiu em quase 60%, aumentando a legitimidade do processo e fazendo-o mais atrativo para ser apropriado

Conquanto o primeiro momento de *La Trégua* fora satisfatório, no que tange à redução da violência letal, o segundo momento intensificou as contradições: o custo político alto das negociações e a falta de legitimidade e transparência desse processo perante à população acarretou o fim de *La Trégua*, no ano de 2015, como explica Reyes (2019, p. 176-177):

Sem embargo, o dilema ético, político e legal que trazia consigo a negociação com organizações criminosas não era a principal preocupação dos partidos políticos em contenda eleitoral. A principal preocupação era a falta de legitimidade que o processo sempre teve perante a população. Nesse sentido, ao final da campanha eleitoral se mantiveram negociações secretas, primeiro entre o FMLN, no primeiro turno, e depois pelo FMLN e pelo ARENA no segundo turno, com as três principais pandillas. Nesta ocasião, as negociações tinham como objetivo conseguir o apoio eleitoral dos membros das pandillas e suas famílias. Todo o processo foi levado de forma sigilosa e foi conhecido depois da eleição presidencial de 2014 através do depoimento de testemunhas com critério de benefício dentro de processos judiciais, e através de vídeos filtrados nos quais aparecem representantes de ambos partidos políticos

negociando com líderes fora de prisão das pandillas. Sem embargo, as ofertas de negociação feitas dentro de diversas organizações ou espaços de que participava o governo foram rejeitadas. Neste ponto, somente as pandillas seguiam sustentando publicamente sua disposição de continuar o processo. Finalmente, seis meses depois da nova administração de governo, o presidente Sánchez Cerén, através de uma conferência pública, argumentava que o governo não voltaria a negociar com as pandillas. Nesse sentido, no mês de fevereiro de 2015 os líderes históricos das organizações criminosas foram deslocados novamente ao CP com regime de segurança máxima de Zacatecoluca.

No governo de Salvador Sánchez Cerén (1944-), o governo volta com a política de “tolerância zero”. Ospina e Pinzón (2020, p. 97, tradução nossa) comentam:

Com a ideia de combater as pandillas, o presidente Sánchez endureceu as políticas de “mano dura” e fortaleceu a participação das forças militares nas tarefas de segurança pública. Paradoxalmente, a abordagem repressiva e a lógica subjacente à luta contra o “inimigo interno” que sustenta a política de segurança e as violações dos direitos humanos denunciadas no referido relatório não apenas contradizem os ideais defendidos pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), partido político formado pela antiga guerrilha e do qual Sánchez Cerén é membro, mas reproduzem as mesmas práticas de que os membros da FMLN e, sobretudo, a população civil foram vítimas durante a guerra contra o regime.

Novamente, o enfrentamento às *maras* passa por contradições, e, nesse governo, encontram-se localizadas no posicionamento divergente entre o partido (FMLN) e o próprio presidente, não somente como comentado pelos autores, mas também conforme a próprio percurso histórico recente a respeito do combate direto às *maras*.

Em 2019, o então presidente Nayib Bukele assumiu a presidência; sua trajetória como prefeito de Nuevo Cuscatlán (2012-2015) e em seguida como prefeito de San Salvador (2015-2018) lhe conferiram popularidade, que levou a cabo à sua vitória na eleição presidencial de 2019. Fundador do partido Nuevas Ideas (pelo qual foi eleito), Bukele é uma figura controversa e, não obstante, extremamente popular. Ele continua com a política de “tolerância zero”, apreciada pela população salvadorenha, e executa um estado de exceção, tendo instituído o *Plan Control Territorial*, composto por seis fases (a sétima fase não foi divulgada, mas seria executada caso todas as fases anteriores falhassem): (i) preparação (prevenir o crime através do controle militar das prisões e aumento da força policial e militar em áreas de conflito); (ii) oportunidade (prevenção social do crime, através da geração de oportunidade para a população jovem, afastando-a do convívio e potencial afiliação com as *maras*); (iii) modernização das forças de segurança (com a aquisição de equipamento de tecnologia bélica de ponta); (iv) incursão das forças policiais e militares território adentro; (v) extração (remover todos os membros das *maras* que ainda estejam escondidos nos vilarejos e regiões mais remotas); e (vi)

integração (após as cinco fases anteriores, o governo focaria nas necessidades a médio e longo prazo para a população encarcerada, qualificando-a e gerando oportunidades para reduzir a pobreza).

Durante seu segundo governo – pelo qual assume quase sem oposição (85% dos votos) e com ele, 54 das 60 cadeiras do congresso salvadorenho –, o número de homicídios caiu vertiginosamente: segundo a PNC, em 2023, a taxa de homicídio por 100.000 habitantes era de 2,4; enquanto, no ano de 2018, antes do primeiro mandato de Bukele, a taxa era de 50,4 homicídios por 100.000 habitantes.

Nesse governo, destacam-se dois aspectos importantes: devido ao apoio majoritário dos poderes legislativo e judiciário, ele conseguiria se reeleger indefinidamente (uma medida inicialmente inconstitucional), o que gerou críticas internacionais, por interferência no processo democrático e a outorga de poderes praticamente irrestritos a si mesmo; e a construção da megaprisão Cecot, cuja função é encarcerar os membros das principais *maras* de El Salvador, indefinidamente, sem acesso a qualquer comunicação externa, . (Alvarado *et al.*, 2024; AFP, 2014; Galdamez, 2024; Pozzebon, 2024).

3. Considerações Finais

Entende-se que o processo histórico sofrido por El Salvador esteve atravessado por problemáticas complexas de ordem política, social e econômica, que proporcionaram um ecossistema ideal para o desenvolvimento e a brutalidade das *maras* e das *pandillas*: Desde o episódio de *La Matanza*, o Estado salvadorenho e sua população se defrontam com um cenário de violência permanente, primeiro na forma da violência política do próprio Estado, através das sucessivas ditaduras e da guerra civil, e, em seguida, na violência social das *maras* e *pandillas*. No transcorrer desse processo, a banalização da violência e a normalização do uso da força para conseguir os objetivos políticos, sociais e individuais abriram terreno para as *pandillas*, e aqueles que foram aos Estados Unidos e voltaram fazendo parte das gangues locais trouxeram o *modus operandi* delas a El Salvador, organizando as principais *maras*: a Mara Salvatrucha e o Barrio-18, constantemente em conflitos entres: a transnacionalidade das gangues complexifica o conflito

Desde os Acordos de Chapultepec até o governo atual de Nayib Bukele, o processo de pacificação interno de El Salvador esteve atado a diversas problemáticas: um *continuum* de violência que, ao ser enfrentado com a truculência do Estado, ganhou mais força. As contradições em todo o processo histórico de El Salvador se desvelam com alguns pontos a

serem considerados: em primeiro lugar, a ação truculenta do Estado se mostrou ineficiente a longo prazo, enquanto as causas raiz da desigualdade social, que empurra a população às margens não são trabalhadas; e, em segundo lugar, ainda que as medidas sejam eficazes a médio e longo prazo, sem o apoio da população civil, dificilmente essas medidas serão continuadas. No contexto de El Salvador, a população tem uma preferência para que o conflito com as gangues seja resolvido rapidamente, não importando a truculência com a qual o problema seja solucionado (como comentado no episódio de *La Trégua*).

Ainda que o governo do presidente Bukele goze de popularidade indiscutível e que a população esteja objetivamente mais segura, a preocupação final é a de quanto tempo essas medidas durarão: um alto custo político e econômico pressionam Bukele e El Salvador. O país ainda não se estabilizou economicamente e o *Plan Control Territorial* drena diversos recursos para seu funcionamento e manutenção, trazendo mais uma contradição à tona, para além dos diversos questionamentos em relação à violação dos direitos humanos, não somente dos membros das *pandillas* e das *maras*, mas também dos presos injustamente.

O processo histórico de El Salvador desvela que essas medidas, por mais efetivas que sejam *a priori*, não resolvem as bases estruturais da violência, senão a agravam. Mais uma vez, El Salvador se encontra em uma contradição, onde a violência política alimenta a violência social, que é respondida com mais violência política, perpetrando um estado permanente de insegurança para os salvadorenhos.

O enfraquecimento de Bukele na opinião pública não parece acontecer com facilidade; entretanto, o enfraquecimento natural da força policial, devido à pacificação do país e a falta de transparência do governo Bukele perante a população podem inflamar uma revolta na população carcerária – a maior do mundo em 2024 – e, novamente, perpetuar um ciclo – aparentemente sem fim – de violência em El Salvador.

4. Referências Bibliográficas

AAMAYA, Luis Enrique; MARTÍNEZ, Juan Jose. "Pesetas, calmados y hermanos: Iniciativas de retiro, rehabilitación y reinserción de pandilleros en El Salvador". **Realidad y Reflexión**, año 19, n. 49, jun. 2019, pp. 13-39;

AFP. (2024, 1 de junho). **Bukele inicia segundo governo em El Salvador com poder quase absoluto**. CartaCapital. Disponível em: [<https://www.cartacapital.com.br/mundo/bukele-inicia-segundo-governo-em-el-salvador-com-poder-quase-absoluto/>]

ALVARADO, A., CLARKE, R., CONTRERAS, E., & CULVER, D. (2024, 12 de setembro). **Nayib Bukele é taxado como ditador: Este grupo nunca se sentiu tão livre**. CNN Brasil. Disponível em: [<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/nayib-bukele-e-taxado-como-ditador-este-grupo-nunca-se-sentiu-tao-livre/>]

CARÍAS, María Gabriela Guillén. **Vozes de Morazán: mulheres, resistência e organização popular**. 2014. 186 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Câmpus de Araraquara), 2014.

CASTELLANOS, Juan Mario. (2001). **Antecedentes de la guerra civil en El Salvador**. Coleção Biblioteca Popular, v. 56, 1 ed. São Salvador: Dirección de Publicaciones e Impresos.

CORREA, Paulo Mortari Araújo. "As gangues urbanas do Triângulo Norte da América Central e a percepção dos departamentos de Estado e defesa dos Estados Unidos acerca de sua ameaça à segurança regional". **4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais: "Multilateralismo, Pluralismo e a Construção de uma Ordem Mundial"**, 22-26/07/2013, pp. 01-17. [Disponível em: https://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1368201673_ARQUIVO_ABRI-AsganguesnapercepcaodosDep.dosEUA-versaofinal.pdf]

GALDAMEZ, E. (2024, 1 de dezembro). **Nayib Bukele's security plan**. El Salvador Info. Disponível em: [<https://elsalvadorinfo.net/nayib-bukeles-security-plan/>].

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **El Salvador: Da guerra civil às reformas institucionais dos anos 1990**. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca). 2014. (291 f.) [Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/cb0fc076-de3a-4190-af7a-18b7aa906caf/content>]

OLIVEIRA, Thales Silva de. **Ativismos LGBTI em El Salvador: Limites e possibilidades da promoção da diversidade sexual e de gênero nos governos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2023. (172 f.) [Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54882/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Thales%20Silva%20de%20Oliveira.pdf>]

ONG, Ana Cristina Prates. **Onusal: Um caso de sucesso**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. 2015. (91 f.) [Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2420725]

PINZÓN, Viviana García; OSPINA, Erika J. Rojas. "La política de seguridad en El Salvador: La construcción del enemigo y sus efectos en la violencia y el orden social". **Revista de Estudios Sociales (Dosier "Violencia en América Latina Hoy")**, n. 73, jul. 2020, pp. 96-108

POZZEBON, Stefano (2024, 4 de fevereiro). "**Ditador mais legal do mundo**" tenta continuar no poder em El Salvador em meio a preocupações com os direitos humanos. CNN Brasil. [Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ditador-mais-legal-do-mundo-tenta-continuar-no-poder-em-el-salvador-em-meio-a-preocupacoes-com-os-direitos-humanos/>].

REYES, Nohel Mario Melendez. **A reconstrução do caso de "La Tregua" em El Salvador: Uma perspectiva conceitual**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Universidade do Estado do Amazonas. 2019. (238 f.) [Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8995385]

RIVERA, Juana Marisol Garzón. "Pandillas en El Salvador: Continuidad de violencia en la posguerra". **Revista nuestraAmérica**, v. 04, n. 08, jul.-dic. 2016, pp. 102-118. [Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/48697715.pdf?addFooter=false>]

RODGERS, Dennis; BAIRD, Adam. "Entender a las pandillas en América Latina: Una revisión de la literatura". **Estudios Socio-Jurídicos**, v. 18, n. 01, 2016, pp. 13-53. [Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/733/73343370001.pdf>]

ROQUE, Sílvia. "Lógicas de guerra e a reprodução das margens: Gangues, mulheres e violência sexuada em El Salvador". **Revista Crítica de Ciências Sociais (Dossiê "Mulheres e Guerras: Representações e Estratégias")**, n. 96, mar. 2012, pp. 87-116. [Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33432/1/L%C3%B3gicas%20de%20guerra%20e%20a%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20margens.pdf>]

TELES, Luciano Everton Costa. "Caudilhismo e Clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual" **Faces de Clio: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2015, pp. 100-114.

VENTURA, Jaime Martinez. "Maras em El Salvador y su relación con el crimen organizado transnacional". **Friedrich Ebert Stiftung: Programa de Cooperación en Seguridad Regional**. Policy paper 31, nov. 2010, pp. 1-12.

VIRUÉS, José de Jesús Rivera. **Pandillas, desaparición de personas y derechos humanos en El Salvador**. Tesis de Maestría en Derechos Humanos y Democracia. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (México). 2014.